

As Ciências Sociais Aplicadas e a Interface com vários Saberes 2



Atena
Editora
Ano 2020

**Wendell Luiz Linhares
(Organizador)**

As Ciências Sociais Aplicadas e a Interface com vários Saberes 2



Atena
Editora
Ano 2020

**Wendell Luiz Linhares
(Organizador)**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a interface com vários saberes 2
[recurso eletrônico] / Organizador Wendell Luiz Linhares. – Ponta
Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-979-0

DOI 10.22533/at.ed.790202801

1. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Linhares, Wendell Luiz.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A presente obra, ao abordar as diferentes interfaces das Ciências Sociais Aplicadas, reforça uma de suas características, a qual, cada vez mais vêm ganhando destaque no campo científico, sendo ela, a interdisciplinaridade. Neste sentido, o e-book intitulado “As Ciências Sociais Aplicadas e a Interface com vários Saberes”, configura-se numa obra composta por trinta e um artigos científicos, os quais estão divididos em três eixos temáticos. No primeiro eixo intitulado “Direito, Políticas Públicas, Representações Sociais e Mídia”, é possível encontrar estudos que discutem e apresentam aspectos relacionados tanto ao direito e os procedimentos penais, quanto ao processo de constituição, aplicação e avaliação de Políticas Públicas e a construção de Representações Sociais de sujeitos a partir de veículos midiáticos específicos. No segundo eixo intitulado “Administração, Marketing e Processos”, é possível verificar estudos que discutem diversos elementos que compõem a grande área da administração e como ocorrem determinados processos numa empresa. No terceiro eixo intitulado “Educação, Práticas Pedagógicas e Epistemológicas”, é possível encontrar estudos que abordam de maneira crítica, diferentes práticas pedagógicas e epistemológicas, promovendo assim, uma reflexão histórica e social sobre o tema. O presente e-book reúne autores de diversos locais do Brasil e do exterior, por consequência, de várias áreas do conhecimento, os quais abordam assuntos relevantes, com grande contribuição no fomento da discussão e avanço dos temas supracitados.

Portanto, é com entusiasmo e grande expectativa que desejo a todos uma boa leitura.

Wendell Luiz Linhares

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(IN)SEGURANÇA JURÍDICA ANIMAL: A NECESSIDADE DE UM PROCEDIMENTO PENAL ESPECIAL PARA OS CRIMES PREVISTOS NOS ARTIGOS 29 E 32 DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	
Rafael Fernandes Titan	
DOI 10.22533/at.ed.7902028011	
CAPÍTULO 2	12
"ASSÉDIO MORAL" OU LUTA DE CLASSES NO LOCAL DE TRABALHO?	
Iraldo Alberto Alves Matias	
DOI 10.22533/at.ed.7902028012	
CAPÍTULO 3	27
A CAPACITAÇÃO DA BUROCRACIA POLICIAL NO RIO DE JANEIRO E SUA INFLUÊNCIA NO MONOPÓLIO DA VIOLÊNCIA EXERCIDA PELO ESTADO	
Marcio Pereira Basilio	
DOI 10.22533/at.ed.7902028013	
CAPÍTULO 4	49
A INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS GRELHA DE ANÁLISE:TEORIA GERAL DOS SISTEMAS, NEO-INSTITUCIONALISMO E REDES POLÍTICAS	
Nilza do Rosário Prata Caeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7902028014	
CAPÍTULO 5	68
A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE OS ATORES SOCIAIS (ORGANIZAÇÕES, ESTADO E SOCIEDADE) SOB A ÓTICA DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA	
Fábio da Silva	
Sildácio Lima da Costa	
Fábio Paiva de Lima	
Juliana Carvalho de Sousa	
Anita Sara Cavalcante Belmino	
Maria Rejane de Souza	
Paulo Domingos da Silva Matos	
DOI 10.22533/at.ed.7902028015	
CAPÍTULO 6	75
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO JOVEM NO JORNAL <i>DAQUI</i> : O PERIGO E O ENVOLVIMENTO COM DROGAS	
Gardene Leão de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.7902028016	
CAPÍTULO 7	89
AUTORIA COLETIVA E JORNALISMO INDEPENDENTE: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA DO MÍDIA NINJA	
Mateus Antônio Montemezzo	

Angélica Lüersen

DOI 10.22533/at.ed.7902028017

CAPÍTULO 8 108

CURSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM LOCOMOÇÃO E MOBILIDADE URBANA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

André Machado Barbosa

Marco Antônio Serra Viegas

DOI 10.22533/at.ed.7902028018

CAPÍTULO 9 115

DETECÇÃO DE MELHORIAS TECNOLÓGICAS NA PRODUÇÃO DE OVOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE AGLOMERADOS DE SÉRIES TEMPORAIS

Ana Paula Amazonas Soares

Maria Eduarda da Rocha Pinto Augusto da Silva

Eliane Aparecida Pereira de Abreu

Tales Wanderley Vital

DOI 10.22533/at.ed.7902028019

CAPÍTULO 10 130

INADEQUAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL DE ÁGUA E ESGOTO PARA FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Mauro Kleiman

DOI 10.22533/at.ed.79020280110

CAPÍTULO 11 142

MIGRAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO: SOCIABILIDADE AFETADA E EXCLUSÃO SOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO MIGRANTE EM PARAUAPEBAS-PA

Raimundo Miguel dos Reis Pereira

DOI 10.22533/at.ed.79020280111

CAPÍTULO 12 158

FORECASTING SMALL POPULATION MONTHLY FERTILITY AND MORTALITY DATA WITH SEASONAL TIME SERIES METHODS

Jorge Miguel Ventura Bravo

Edviges Isabel Felizardo Coelho

DOI 10.22533/at.ed.79020280112

CAPÍTULO 13 177

A EDUCAÇÃO MONTESSORIANA NA PERSPECTIVA ARQUITETÔNICA

Paula Scherer

Mariela Camargo Masutti

DOI 10.22533/at.ed.79020280113

CAPÍTULO 14 187

A IMPORTÂNCIA DA ARQUITETURA NA PEDAGOGIA DE REGGIO EMILIA E SEUS IMPACTOS EDUCACIONAIS

Paula Scherer

Liamara Pasinatto

DOI 10.22533/at.ed.79020280114

CAPÍTULO 15	200
A INTERDISCIPLINARIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU BRASILEIRA - ANÁLISE DAS FICHAS DE AVALIAÇÃO DA QUADRIENAL 2017	
Adilene Gonçalves Quaresma	
DOI 10.22533/at.ed.79020280115	
CAPÍTULO 16	221
A PROPOSTA DOS AULÕES AOS JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
Cacau Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.79020280116	
CAPÍTULO 17	230
EDUCAÇÃO ECOSSOCIALISTA: EPISTEMOLOGIA E PRÁTICA ECOLÓGICA	
Marcelo Santos Marques Aécio Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.79020280117	
CAPÍTULO 18	242
EU TENHO MEDO DE PROFESSOR...	
Flávio Vieira de Melo Cristiane Aparecida Madureira	
DOI 10.22533/at.ed.79020280118	
CAPÍTULO 19	252
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NAS ÁREAS STEM NO BRASIL: AINDA TEMOS POUCO?	
Patricia Bonini Gabriel Akira Andrade Okawati Carolina Fernandes Custódio Fernanda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.79020280119	
CAPÍTULO 20	264
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DIREITOS HUMANOS: UMA NECESSÁRIA CONSONÂNCIA	
Rogério Félix de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.79020280120	
CAPÍTULO 21	278
UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO SUBSEQUENTE EM PESCA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ, CAMPUS ACARAÚ	
Juliane Vargas	
DOI 10.22533/at.ed.79020280121	
SOBRE O ORGANIZADOR	287
ÍNDICE REMISSIVO	288

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DIREITOS HUMANOS: UMA NECESSÁRIA CONSONÂNCIA

Data de aceite: 20/01/2020

Rogério Félix de Menezes

Instituto Federal De Educação, Ciência E
Tecnologia Do Ceará
Fortaleza / Ceará

Orcid: <https://Orcid.org/0000-0002-3205-9889>
02/11/2019

RESUMO: O Projeto Político Pedagógico (PPP) refere-se, essencialmente, ao tipo de formação humana proporcionada pela escola. O componente político do PPP é o que imprime sentido ao Projeto, pois é inerente ao interesse da instituição educativa em formar um paradigma de humanidade. O presente artigo tem por objetivo identificar se os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas públicas da rede municipal de Fortaleza, localizadas no bairro Bom Jardim, estão em consonância com os princípios norteadores da educação em direitos humanos na educação básica, estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (BRASIL, 2006). Desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa e exploratória em três escolas e constatou-se, nos PPPs observados, consonâncias parciais com os referidos princípios, com predominância dos princípios concernentes à garantia do acesso ao ensino, permanência e conclusão;

com a melhoria da aprendizagem e com a valorização da diversidade cultural. Notamos a carência do desenvolvimento de projetos ou ações mais específicas em outras temáticas contemporâneas, predominando uma visão acessória ou complementar com relação à educação em direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto; Direitos Humanos; educação.

POLICY-PEDAGOGICAL PROJECT AND HUMAN RIGHTS: A NEEDED CONSONANCE

ABSTRACT: The Political Pedagogical Project (PPP) refers essentially to the type of human training provided by the school. The political component of the PPP is what gives meaning to the Project, since it is inherent in the interest of the educational institution to form a paradigm of humanity. The aim of this article is to identify whether the Pedagogical Political Projects of the public schools of the Fortaleza municipal network, located in the Bom Jardim neighborhood, are in line with the guiding principles of human rights education in basic education established by the National Education Plan in Human Rights - PNEDH (BRAZIL, 2006). A qualitative and exploratory research was developed in three schools and partial compliances with these principles were verified in the PPPs observed, with predominance of the

principles regarding the guarantee of access to teaching, permanence and conclusion; With the improvement of learning and the enhancement of cultural diversity. We note the lack of the development of more specific projects or actions in other contemporary themes, with an additional or complementary vision regarding human rights education predominating.

KEYWORDS: Project; human rights; education.

1 | INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) refere-se, essencialmente, ao tipo de formação humana proporcionada pela escola. Esta, através da elaboração de seu PPP, projeta e traça caminhos para educar sua comunidade, educação que é orientada por um paradigma formativo expresso no referido documento. Esse paradigma compreende o aspecto político do documento.

O componente político do PPP é o que expressa a sua essência, o que imprime sentido ao projeto, pois refere-se ao interesse da escola em formar um modelo de humanidade: solidária ou egoísta? Colaboradora ou indiferente? Preocupada com as questões sociais ou individualista? “É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.” (VEIGA, 2002)

Então, se a escola através de seu PPP objetiva formar cidadãos solidários, críticos, compromissados com as questões sociais e ambientais, identificamos, assim, a relação entre PPP e direitos humanos. Sendo democracia, justiça social, participação e ambiente saudável componentes do horizonte de um projeto político pedagógico, este deve estar fundamentado pela defesa dos direitos humanos; os referidos direitos integram o que proporciona sentido ao PPP – o aspecto político.

A primeira versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) foi lançada em 2003. Novas contribuições e estudos permitiram a conclusão de um documento atualizado em 2006. Diante de nossas considerações sobre a relação entre PPP e direitos humanos, os projetos políticos-pedagógicos das escolas públicas do Bairro Bom Jardim estão em consonância com o PNEDH? O referido plano destaca que

A educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político-pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e avaliação. (PNEDH, 2007, p. 32)

Conforme o documento ressaltado, a educação em direitos humanos deve ser parte fundamental do PPP, ou seja, ela não deve ser observada e tratada como um acessório ou complemento. O PNEDH estabelece os princípios norteadores da educação em direitos humanos na educação básica:

São princípios norteadores da educação em direitos humanos na educação básica:

- a) a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais;
- b) a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos;
- c) a educação em direitos humanos, por seu caráter coletivo, democrático e participativo, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade;
- d) a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação;
- e) a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação;
- f) a prática escolar deve ser orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais. (BRASIL, 2007, p. 32).

Baruffi afirma que os Direitos Humanos “[...]estão intimamente relacionados com os conceitos de justiça, igualdade e democracia e exprimem o relacionamento entre os membros de uma sociedade e entre indivíduos e Estados.” (BARUFFI, 2006, p. 40)

Não pode existir efetiva democracia sem direitos humanos. Se os fundamentos de nosso complexo educacional devem ser a promoção da igualdade, da justiça social, da liberdade e da participação, a temática dos direitos humanos apresenta-se como uma relevante categoria de estudos no campo educacional. Os PPPs das escolas básicas, fundamentados na promoção dos direitos humanos, constituem-se um importante instrumento de divulgação e conscientização da comunidade contra o racismo, o trabalho infantil, o trabalho escravo, a homofobia e todas as formas de violência. É evidente a necessidade de mais pesquisas que abordem a relação entre PPP e direitos humanos.

O presente artigo objetiva identificar se os PPPs das escolas públicas do bairro Bom Jardim expressam consonância com os princípios norteadores da Educação em Direitos Humanos na educação básica, estabelecidos pelos PNEDH. Pretendemos observar se as ações pedagógicas estabelecidas nos PPPs expressam relação ou concordância com os referidos princípios.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Veiga (2002) destaca que o PPP é também um projeto político, pois está

relacionado (ou precisa estar) aos interesses concretos e sociais da maioria da população. O PPP precisa estar direcionado para os anseios da sociedade e mais especificamente, da comunidade escolar, e esta precisa de uma cultura de paz ou violência? Precisa de vivências solidárias ou individualistas? Educação ambiental ou consumista? Ensino de qualidade ou precarizado? No referido trabalho, a autora ressalta a importância de refletir sobre o currículo na elaboração do PPP. Veiga (2002) afirma que o currículo não é neutro, mas permeado ideologicamente; que ele não deve ser desligado do contexto social e, inspirando-se em Bernstein (1989), que o conhecimento escolar definido pelo currículo tenha como eixo uma ideia integradora. Bernstein (1989) denomina essa forma de pensar o currículo de “currículo integração”, uma maneira de escapar à tradicional forma hierárquica e fragmentada do conhecimento escolar.

Refletindo com os autores ressaltados, a temática dos Direitos Humanos constituiria uma ideia integradora por excelência: os temas referentes, direta ou indiretamente, aos Direitos Humanos estão presentes em todas as disciplinas: dignidade humana, tolerância, educação financeira (contra o consumismo), economia solidária, desigualdade social, precarização do trabalho, trabalho escravo, trabalho infantil, educação ambiental, fabricação de armas de destruição em massa, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), prevenção ao uso abusivo de drogas e outros.

Fernandes e Paludeto (2010) expressam que igualdade e dignidade humana precisam ser internalizados pelos que atuam na educação formal e informal, e não somente estarem inscritos em textos legais. Os autores abordam a clássica diferenciação dos direitos elaborada por T. H. Marshall na qual destaca a evolução dos direitos em civis, políticos e sociais; fazem uma reflexão sobre a legislação brasileira pertinente ao tema – o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990), o PNEDH, os PCNs. Eles sustentam que a educação orientada para os Direitos Humanos ainda não integra a prática e o currículo da escola como deveria.

Hunt (2012) entende que a empatia por personagens comuns, “não nobres”, do povo, produzida em romances famosos do século XVIII – como os romances Pâmela (1740) e Clarissa (1747-8), escritos por Samuel Richardson (1689-1761), e Júlia (1761), de Rousseau (1712-1778) – contribuíram fortemente para a difusão da ideia de direitos humanos. No romance “Pâmela”, a protagonista, mesmo sendo uma simples criada, é apresentada como igual ou mesmo superior a pessoas ricas, a exemplo de seu rico empregador e futuro sedutor, o personagem “Sr. B”. Nessa perspectiva, a realçada autora estabelece que os romances relacionados “[...] apresentavam a ideia de que todas as pessoas são fundamentalmente semelhantes por causa de seus sentimentos íntimos.” (HUNT, 2012, p. 39), criando assim, através do “envolvimento apaixonado com a narrativa” (HUNT, 2012, P.39), um senso de igualdade e empatia. Hunt (2012) ainda destaca o fato de os três referidos romances

de identificação psicológica terem sido publicados no período imediatamente anterior ao aparecimento do conceito dos Direitos Humanos.

Empatia e solidariedade estão intimamente relacionados e integram a concepção de direitos humanos. Uma atuação educacional empática já era defendida por Comênio (1592-1672) em sua *Didactica Magna*, e precisa estar presente e inscrita no PPP.

Cardoso e Cerêncio (2012) promovem uma reflexão sobre a especificidade dos direitos humanos, sua relação com o trabalho, imigração, mídias e movimentos contra-hegemônicos. Essa especificidade da temática precisa ser percebida pelos estudantes, a percepção de que a luta pelos direitos humanos permeia nosso cotidiano, a compreensão de que até aumentos abusivos nas tarifas de abastecimento de água guarda relação com os destacados direitos. Através do PPP, os educadores possuem um instrumento para colocar em prática, através de ações pedagógicas, a ação política de esclarecimento da comunidade escolar, fazer o povo ver o que não conseguem e desmentir a grande mídia e os programas policiaiscos através da cultura.

Baruffi (2006) explana a perspectiva dos direitos dividindo-os em cinco gerações. Os da primeira geração compreendem os direitos civis e políticos; os da segunda abrangem os direitos sociais, econômicos e culturais; os referentes ao meio ambiente equilibrado constituem os da terceira geração; os da quarta são os relativos à temática como manipulação genética, biotecnologia ou bioética e os da quinta geração são os concernentes à realidade virtual.

O mesmo autor aborda que a irrevogabilidade e a complementaridade solidária são os princípios estruturais dos direitos humanos. O segundo princípio significa que esses direitos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados.

O trabalho acadêmico salientado comenta que devem ser observadas especificidades nacionais e regionais no trato com a temática. Podemos assim entender, conforme o observado pelo autor, que se numa certa região do nosso Estado a violência doméstica contra mulheres mostra-se mais impactante, o PPP deve enfatizar essa questão sem deixar de abordar outras concernentes aos direitos humanos.

Klein e D'Água (2015) explicam que adotar a educação em direitos humanos como fundamento das práticas escolares quer dizer priorizar a formação através de três aspectos: epistemológico, axiológico e da práxis. O primeiro refere-se ao acesso ao conhecimento dos direitos humanos; o segundo à vivência de valores e o terceiro à atuação conforme os valores e os conhecimentos adquiridos.

O PPP deve elaborar uma proposta de aprendizagem que articule ações que envolvam os três destacados aspectos.

A mesma pesquisa concluiu que em cerca de 90% dos PPPs estudados, das

escolas públicas de São Paulo, não havia a inclusão dos direitos humanos como disciplina ou tema transversal e nem registros de análises da realidade local a partir dos Direitos Humanos.

Moura (2007) preconiza que o ensino médio público e privado atravessa uma crise de identidade e sentido. O referido estudo aponta que uma das formas de colaborar para imprimir sentido e identidade ao ensino médio seria integrá-lo e oferecê-lo com qualidade nos sistemas públicos educacionais.

O PPP deve expressar, essencialmente, um sentido, uma identidade para a comunidade escolar. Compreende-se que construir o PPP tendo como base os direitos humanos é a forma, por excelência, de imprimir sentido não somente ao ensino médio, mas à educação básica. A partir da destacada base, todas as outras perspectivas seriam contempladas – o currículo, a avaliação, projetos, educação geral integrada à educação profissional.

3 | METODOLOGIA

O presente artigo é resultante de um estudo de caso realizado em três escolas da rede oficial do município de Fortaleza, localizadas no bairro Bom Jardim. As escolas contempladas na pesquisa são Lireda Facó, localizada na rua Três Corações, nº 735; Catarina de Lima - rua Pedro Martins, nº 313 e Herberth de Sousa, na rua Urucutuba, nº 1599.

Nas referidas instituições educativas desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa e exploratória entre os meses de junho, julho e agosto de 2017.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Um olhar sobre o PPP da Escola Lireda Facó

Com relação ao PPP da escola Lireda Facó, situada especificamente no Bairro Granja Lisboa, área pertencente ao Grande Bom Jardim, em seu Marco Operacional, relata que a escola esta sendo adaptada, dentro de suas possibilidades, em seu componente físico para “inicialmente garantir a acessibilidade”.

Essa preocupação com a acessibilidade esta relacionada com o primeiro princípio norteador da Educação em Direitos Humanos na educação básica: “a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais” (BRASIL, 2007, p. 32). A escola enquanto espaço social privilegiado de aprendizagem, deve garantir a inclusão social através de promoção da acessibilidade. Seu espaço físico precisa ser adaptado para estudantes com limitações de locomoção, fato que expressa um forte conteúdo inerente aos Direitos

Humanos – a inclusão social. Para os alunos é uma mensagem direta de que todos necessitam de sociabilidade e oportunidades. Esse esforço, essa prática de construir a acessibilidade também está em harmonia com o segundo princípio, pois, na referida prática, a escola está sendo um espaço privilegiado de “construção e consolidação de direitos humanos.” (BRASIL, 2007, p. 32).

Ao buscar adequar seu espaço físico para os alunos com restrições de locomoção (e outras limitações), a escola está assegurando o ensino e a permanência desses estudantes e a equidade físico-individual, elementos que integram o quarto princípio da EDH na educação básica. A garantia da acessibilidade integra o princípio constitucional de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, presente no artigo 206 da Constituição, o qual também é referido no artigo 3º da LDB (Lei 9394/96).

O referido quarto princípio norteador da EEDH afirma que “a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, [...]” (BRASIL, 2007, p. 32). Identificamos no PPP da escola Lireda Facó, em sua “Dimensão Pedagógica”, que a escola ressaltou como necessidade “diminuir a infrequência dos alunos” e em suas metas “garantir que as faltas sejam eventuais e por motivos de saúde”. O documento escolar verificado neste artigo expressa uma preocupação tácita com a permanência do estudante na escola, pois, ao garantir a permanência do aluno, a escola está contribuindo decisivamente para a conclusão de seus estudos, fato diretamente relacionado ao quarto princípio norteador da EEDH na educação básica – a garantia do acesso ao ensino, permanência e conclusão.

Na parte do PPP da escola Lireda Facó, denominada “Programas Especiais” encontra-se ações que contribuem para o acesso, permanência e conclusão – “Projeto Mais Educação”. Este, agora denominado Projeto Novo Mais Educação, conforme a Portaria do MEC nº 1144/2016, tem como principal objetivo melhorar a aprendizagem em matemática e língua portuguesa, no ensino fundamental, através da ampliação da jornada escolar. Mas o programa também prevê a realização de atividades em artes, cultura, esportes e lazer e estabelecem como um dos seus objetivos, a diminuição do abandono e da reprovação. Percebemos que as duas principais finalidades do “Novo Mais Educação” são: 1. A melhoria da aprendizagem em língua portuguesa e matemática, especificamente, e das outras disciplinas de um modo geral e 2. Contribuir para a diminuição da evasão e repetência.

Uma importante atividade complementar, incluída no PPP da escola, é a chamada “Feira das Nações”, um trabalho que envolve todas as turmas e que objetiva promover a diversidade cultural através do estudo e apresentação de culturas diferentes, constituindo-se numa estratégia de luta contra várias formas de preconceito e, conseqüentemente, um mecanismo de promoção da cidadania, da

igualdade e dos direitos humanos.

4.2 Reflexões sobre o PPP da Escola Catarina de Lima

Com relação ao PPP da Escola Municipal Catarina de Lima, localizada na rua Pedro Martins, nº 313, no Bairro Bom Jardim, observamos a mesma preocupação em manter o aluno na escola, pois um de seus objetivos estabelecidos em seu Plano de Ações (2016) é “diminuir os índices de recuperação final e de reprovação”, constando assim o mesmo esforço em garantir a permanência e conclusão dos estudos pelos alunos. A meta determinada para alcançar o objetivo destacado é o aumento dos índices de aprovação e, como resultado, a máxima diminuição dos índices de evasão e a redução da distorção idade-série. Não identificamos aqui apenas uma preocupação exclusiva em manter o aluno na escola, mas que a permanência do estudante seja caracterizada pela busca de qualidade do aprendizado, pois uma das ações desenvolvidas para garantir o cumprimento da referida meta é “desenvolver projetos de leitura e escrita” e os resultados esperados pela efetivação desse projeto é “despertar no estudante o prazer pela leitura e pela escrita”, potencializando a interpretação textual e, inerentemente, o desenvolvimento da aprendizagem em todas as disciplinas.

A mesma preocupação com a garantia da permanência do aluno na escola com qualidade é percebida numa das ações propostas para diminuir os índices de evasão escolar: “promover um ambiente escolar agradável a todos, livre da homofobia, do racismo, do machismo, da intolerância religiosa e sempre buscando atenuar os conflitos de gerações.”

A ação salientada enfatiza as condições para que a escola construa um “ambiente agradável à todos”, um ambiente livre de homofobia, racismo e intolerâncias de um modo geral; um ambiente fundamentado na defesa dos direitos humanos. Podemos observar assim, expresso no texto dessa ação, que há uma relação direta entre a prática de uma cultura alicerçada nos direitos humanos e a construção de um ambiente agradável na escola, condição essencial para a melhoria da aprendizagem, porque não é racional esperar que haja efetiva aprendizagem num ambiente desagradável.

Percebemos que a estudada ação expressa a garantia da equidade (etno-racial, religiosa, cultural [...] de gênero, de orientação sexual, [...]), presente no quarto princípio norteador da EEDH na educação básica, mas também nela encontramos conformidade com o primeiro princípio, pois ao pleitear por um espaço social de aprendizagem destituído de intolerâncias, a escola esta consagrando o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos. Consoante notamos que ao construir um espaço social de aprendizagem agradável à todos, estruturado na anulação de todas as formas de intolerância, a escola esta garantido que seus objetivos

e práticas “sejam inerentes com os valores e princípios da EEDH, o que esta em consonância com o segundo princípio e também com o terceiro, pois um ambiente de aprendizagem livre de preconceitos ou discriminações é propício para ser um espaço social marcado “[...]pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade” (BRASIL, 2007, p. 32).

O PPP da escola pesquisada expõe como resultado esperado da ação referida colaborar com a construção de uma sociedade fraterna e solidária, fundamentada “no respeito mútuo e na compreensão do outro”.

Elogiável é a relação que o documento salientado expressa: para alcançar o objetivo de diminuir os índices de evasão, a escola propõe a ação de desenvolver um espaço social de aprendizagem agradável, e agradável por ser alicerçado nos direitos humanos. E assim, a escola espera frutificar seu resultado: dar sua contribuição para que a comunidade onde está inserida seja fraterna e solidária.

Ao observarmos os projetos desenvolvidos pela escola, destacados em seu marco operacional, percebemos que guardam inerência com a promoção da cidadania e com os direitos humanos. No “Projeto Liderança” que abordam além das funções dos líderes e os tipos de líderes, temas como sexualidade na adolescência e *Bulling*. A preocupação com a sexualidade na adolescência está relacionado com a saúde de um modo geral na comunidade e a prevenção ao *Bulling* insere-se no combate a violência na escola, violência que geralmente é a expressão de preconceitos e intolerância. O esclarecimento e a prevenção ao *Bulling* consiste numa atividade de defesa da cidadania e dos direitos humanos, portanto é uma expressão da EEDH e seus princípios norteadores. O mesmo projeto também destaca que as atividades nele desenvolvidas objetivam estimular projetos de solidariedade junto à comunidade.

O Projeto “Construindo a Escola que Queremos”, traz como objetivo geral “resgatar valores para a busca da paz na escola e no mundo”, para, assim, “diminuir os índices de violência e os casos de depredação na escola e no mundo onde vivemos”.

O projeto referido anteriormente relaciona-se com o projeto denominado “vivendo valores” que salienta como princípio resgatar valores, a convivência coletiva, o respeito às diferenças e a cidadania. Observamos aqui, outra vez, um olhar específico sobre um tema caro aos direitos humanos – o respeito às diferenças.

O Programa “Mais Educação” também integra as ações da escola. O programa, oriundo da Portaria Inter-interministerial nº 17/2007 e do Decreto 7083/2010 fundamenta-se na ampliação da jornada escolar, na educação integral, na diminuição das desigualdades educacionais e na valorização da nossa diversidade cultural. Notamos que o referido programa ou projeto não se preocupa exclusivamente em manter o aluno na escola através da ampliação da jornada escolar, mas simultaneamente, objetiva melhorar a aprendizagem através do estímulo à atividades

variadas, englobando artes, esporte, ciências e promovendo a diversidade cultural devendo constituir-se num núcleo de expressão da cultura indígena e africana, em conformidade com as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e de incentivo à leitura e reflexão sobre outras temáticas referentes à cidadania e aos direitos humanos.

O projeto Sustentabilidade “tem por objetivo conduzir a Educação Ambiental como agente transformador dos educandos em relação ao modo de consumo e a sustentabilidade do planeta”, o que está em consonância com o quarto princípio norteador da EEDH na EB, o qual afirma, entre outras coisas, que a EEDH deve estruturar-se na diversidade ambiental.

O combate ao consumismo, o uso de energias renováveis e o uso de produtos que consomem menos energia, o controle do consumo de água, a preservação dos recursos naturais, o respeito aos animais e outras temáticas conexas integram a educação ambiental. Esta ao promover uma cultura de valorização da construção de relações benéficas e saudáveis entre humanidade e ambiente natural contribui com a formação de espaços sociais caracterizados por hábitos saudáveis e pela solidariedade, garantindo a convivência humana em um ambiente equilibrado, o que expressa a garantia de um direito humano básico – ter a garantia de viver em um ambiente natural saudável e equilibrado.

Outro importante projeto citado no PPP é o Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (PETECA), desenvolvido desde 2008 pelo Ministério Público do Trabalho do Ceará, Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) e secretarias municipais de educação. É um projeto que tem relação direta com a defesa dos direitos humanos, pois visa primordialmente conscientizar a sociedade, através das instituições educativas, sobre a importância de erradicar a exploração do trabalho infantil doméstico, entre outras situações de exploração infantil inerentes ao tema. É um projeto em clara sintonia com princípios norteadores da EEDH na EB: contribui para a difusão de uma cultura de direitos humanos ao promover a reflexão sobre as consequências negativas do trabalho infantil para as crianças e para a sociedade; estabelece a escola como espaço privilegiado de formação e fortalecimento dessa cultura; promove a cidadania e a equidade, pois as vítimas do trabalho infantil são crianças em situação de pobreza ou miséria, portanto, o combate a todas as formas de exploração do trabalho infantil esta relacionada à luta pela redução da desigualdade social.

4.3 Escola Heberth de Sousa: Referência à educação especial

Observamos no PPP da Escola Municipal Heberth de Sousa, uma referência que expressa preocupação com a avaliação dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), ressaltando que “[...] deverá ser procedida através de relatórios que

apontem o crescimento dos alunos nos aspectos cognitivos, emocionais, psicomotores e sociais visando à inserção nas classes do ano escolar (próximo ou equivalente [...]). ao promover uma avaliação inclusiva para os alunos com NEE, a escola está promovendo uma cultura de direitos humanos, pois está expressando a ideia de que ninguém deve ser excluído do direito humano à educação. Simultaneamente, o presente aspecto está em consonância com o princípio norteador da EEDH na EB de garantia de acesso ao ensino, permanência e conclusão, e o aluno com NEE não pode ser excluído desse princípio sob a alegação de que a escola não está preparada para recebê-los, pois os alunos com necessidades especiais e os ditos “normais” devem conviver no mesmo espaço educacional e aprenderem concretamente a conviver com as diferenças e desenvolverem a solidariedade no convívio com o “diferente”. Procedendo assim, a escola está promovendo uma cultura de direitos humanos em sua comunidade, a defesa da escola comum como o lugar de todos os alunos expressa a finalidade de garantir o direito à não-discriminação para todos dos cidadãos, conforme Mantoan (2011).

A Escola também adota o Programa Mais Educação objetivando garantir a permanência do aluno na escola, a melhoria do processo de aprendizagem, a diminuição dos índices de evasão e repetência.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PPP é o documento que expressa o que a escola quer, deve ou precisa vir a ser, considerando-se o contexto sócio-político-econômico, as especificidades locais ou regionais e suas expressões culturais.

Consideramos que a educação em Direitos Humanos, deve ser o fundamento, a identidade do PPP pelas seguintes razões:

- a) sua abordagem multidisciplinar, pois é um conhecimento presentes em todas as disciplinas.
- b) Seu caráter interdisciplinar, no qual cada disciplina pode discorrer sobre o tema considerando o saber de outras disciplinas.
- c) Sua consonância com a ideia de currículo integração, na qual contrapõe-se à predominância de uma visão hierarquizada do currículo.
- d) Sua relevância político-social: a educação em direitos humanos possibilita a reflexão sobre o papel das instituições políticas, a força dos movimentos sociais, a luta pela cidadania e outros temas essenciais à construção da verdadeira democracia.
- e) É uma temática capaz de despertar a empatia e a solidariedade entre os estudantes e a comunidade escolar em geral.

f) É uma temática que imprime sentido e identidade ao PPP, por sua abrangência geral e seus temas específicos todos relacionados à questões prioritárias da atualidade e do cotidiano de nossas comunidades.

A temáticas dos Direitos Humanos deve estar presentes nos PPPs das escolas, conforme o PNEB e a própria relevância temática.

Os PPPs contemplados neste artigo expressam algumas preocupações comuns e em sintonia com o quarto princípio norteador da EEDH na EB: ressaltam a necessidade de garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos; o compromisso com a melhoria da aprendizagem e destacam a importância da diversidade cultural.

Observamos que outras temáticas foram enfatizadas em comum nos três PPPs observados. No documento da Escola Lireda Facó verificamos um interesse em preparar a escola para garantir a acessibilidade, mas esta garantia também constitui-se num elemento de inclusão social, pois contribui para o acesso, permanência e conclusão dos estudos dos alunos com NEEs, evidência que nos remete ao quarto princípio norteador da EEDH na EB.

No PPP da Escola Catarina de Lima, encontramos uma referência à necessidade de promover um ambiente escolar emancipado de preconceitos: homofobia, racismo, machismo e intolerância religiosa. Esse destaque no documento é uma referência direta à defesa dos direitos humanos e está em consonância com todos os princípios norteadores. A formação de um ambiente escolar livre de preconceitos e intolerâncias de um modo geral propicia um espaço social caracterizado por uma cultura de direitos humanos, contribui para a melhoria da aprendizagem, colabora para o acesso, permanência e conclusão dos estudos ao valorizar a diversidade cultural, a inclusão social e a consolidação de um ambiente sem todas as formas de violência. O referido documento também preconiza a valorização da diversidade ambiental através do “Projeto Sustentabilidade” (em conformidade com o quarto princípio norteador) e o combate à exploração do trabalho infantil, através do Projeto Peteca, uma temática que é fortemente ligada ao estabelecimento de uma cultura de direitos humanos e de promoção da cidadania.

A preocupação com a inclusão dos alunos com necessidades especiais é um destaque presente no documento da Escola Herberth de Sousa, elemento concernente à inclusão social e a garantia do acesso ao ensino, permanência e conclusão.

Observamos prevalecer na relação que se estabelece entre os PPPs observados e os princípios norteadores da EEDH na EB é uma preocupação predominante com a garantia de acesso, permanência e conclusão dos estudos, com a melhoria da aprendizagem e com a valorização da diversidade cultural.

O PPP da Escola Catarina Lima apresenta-se como mais abrangente no

que tange ao desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos, conforme especifica o primeiro princípio, pois ressalta a notabilidade de trabalhar temáticas contemporâneas fundamentais para a promoção dos direitos humanos – homofobia, racismo, machismo, intolerância religiosas, exploração do trabalho infantil.

Assim constatamos que de um modo geral, prevalecem referências a alguns temas concernentes aos direitos humanos nos documentos pesquisados. Mas não percebemos a concretização de uma prática escolar “orientada para a educação em direitos humanos, assegurando o seu caráter transversal [...]”, consoante o sexto princípio norteador, predominando uma visão de caráter acessório ou complementar com relação à educação em direitos humanos nos referidos documentos. Queremos dizer que não percebemos uma “consciência” da importância fundamental, da divulgação dos direitos humanos através da prática escolar como um todo ou em ações expressas nos PPPs, mas apenas referências. Notamos a carência do desenvolvimento de projetos ou ações mais específicas ou diretas que promovam a reflexão e o combate ao racismo, o respeito pela diversidade sexual, a luta contra a precarização do trabalho e outras temáticas rigorosamente integradas aos direitos humanos. Consoante Klein e D’Água (2015), observamos não haver “o planejamento intencional, sistematizado e consciente da EDH” (KLEIN; D’ÁGUA, 2015, p. 277).

REFERÊNCIAS

BARUFFI, Helder. Direitos Humanos e Educação: Uma aproximação necessária. Revista Jurídica UNIGRAM: Dourados, MS/ v. 8/ n. 15/ jan./ jun. 2006.

BERNSTEIN, Basil. Clases, cógigos y control. Madri. Ákal, 1989.

BRASIL, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – Brasília: Secretaria Essencial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

Direitos Humanos: diferentes cenários, novas perspectivas. CARDOSO, Maurício e CERENCIO, Priscilla (org.). São Paulo: Editora do Brasil, 2012

FERNANDES, Ângela Viana Machado e PALUDETO, Melina Casari. Educação e Direitos Humanos: Desafios Para a Escola Contemporânea. CAD, Cedes, Campinas, vol. 30, n. 81, p. 233-249, mai-ago 2010. Disponível em <HTTP://www.cedes.unicamp.br>

HUNT, Lynn. A Invenção dos Direitos Humanos: uma história. Tradução Rosaura Eichemberg. 1ª Ed. Curitiba: A página, 2012.

KLEIN, Ana Maria; D’ÁGUA, Solange Lima. A Educação em Direitos Humanos nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas de São Paulo. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Editora UFRP. n. 55, p. 277-292, jan-mar 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In MANTOAN, Maria Tereza Eglér (organizadora). O desafio das diferenças nas escolas. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade

Histórica e Perspectivas da Integração. Holos, Ano 23, vol. 2 – 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Coletiva. In: Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.) 14ª edição. Papirus, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 132, 185, 269, 270, 275
Aglomerados 115, 116, 120, 121, 123
Aglomerados hierárquicos de séries temporais 116
Água e esgoto 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140
Áreas mais precárias 130, 133, 137
Arquitetura 53, 54, 177, 178, 179, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 195, 197, 198, 262
Assédio moral 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 23, 24, 26
Atores sociais 68, 69, 70, 73, 109, 151, 266
Avaliação 1, 36, 52, 53, 54, 60, 65, 105, 132, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 210, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 265, 266, 269, 273, 274
Avicultura de postura 115, 116, 117, 118, 119, 120, 129

B

Backtesting 158, 159, 161, 165, 166, 167, 173, 175

C

Cidadania 90, 107, 108, 114, 222, 229, 266, 270, 272, 273, 274, 275
Coerção social 69
Coesão 69
Coletivos fotográficos 89, 90, 97, 98, 100, 103
Complexidade 27, 28, 29, 39, 45, 56, 72, 213, 230, 234, 235, 237, 238, 239, 241
Comunicação alternativa 89

D

Desterritorialização 142, 143, 148
Direitos 2, 4, 6, 9, 10, 23, 38, 45, 47, 71, 72, 88, 91, 103, 108, 111, 113, 221, 227, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

E

Economia ecológica 230, 231, 232, 233, 240
Educação 36, 37, 39, 62, 86, 87, 88, 108, 111, 113, 114, 156, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 219, 220, 221, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 235, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 254, 260, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 278, 280, 281, 285
Educação ecológica 230, 233, 234
Ergonomia 177, 178, 185
Exclusão 20, 21, 64, 77, 78, 79, 83, 142, 143, 148, 156, 221, 223, 228, 237

F

Favelas 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Força de trabalho 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 234, 252, 253, 256, 257, 258, 260

Formação policial 27, 28, 36, 46, 47

Fotografia 89, 90, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

I

Interdisciplinaridade 200, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 224

J

Jornalismo independente 89, 91, 92

Juventude 24, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 87, 88

L

Luta de classes 12, 17, 23

M

Mídia 71, 75, 76, 79, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 268

Mídia ninja 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

Migração 142, 143, 144, 145, 147, 154, 156

P

Percepção do ambiente 177, 187

Polícia 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 47, 78, 79, 83, 85, 86, 87, 104

Política pública 27, 29, 30, 47, 52, 53, 55, 64, 246

Política setorial 130, 133

Políticas públicas 29, 31, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 112, 114, 115, 116, 118, 128, 174, 227, 278, 279, 280, 285

Pós-graduação stricto sensu 200, 201, 219

Projeções de população 158, 159

R

Reggio emilia 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Representações sociais 75, 76, 77, 80, 83, 88, 198

Rio de Janeiro 10, 26, 27, 28, 29, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 73, 74, 88, 107, 108, 114, 124, 130, 131, 133, 149, 155, 156, 219, 240, 241, 251

S

Sarima 158, 159, 162, 163, 169, 171, 172, 173

Sazonalidade 121, 123, 124, 126, 127, 158, 159

Segurança pública 27, 28, 29, 30, 31, 32, 42, 45, 46, 47, 78, 134, 175

Sistema do capital 230, 231, 232, 234, 238, 240

Sociabilidade 133, 142, 143, 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 230, 234, 239, 270

Sociologia do trabalho 12

Sociologia econômica 68, 69, 70, 71, 73, 74

State space models 162

T

Transdisciplinaridade 220, 230, 237, 241

V

Violência 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 31, 34, 37, 45, 55, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 101, 104, 221, 266, 267, 268, 272, 275

 **Atena**
Editora

2 0 2 0